



GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

ALEXANDRE QUINTELLA GAMA
Procurador Geral do Município

FELIPE MACHADO CAIRO BALTAZAR
Chefe de Gabinete

VANDERLEI PEREIRA DA SILVA
Secretário de Controle Interno

RÔMULO ALVES BULHÕES
Secretário de Defesa Civil e Ordem Pública

CLAUDIA DE CASTRO PACHECO
Secretária de Administração

GILSON DOS SANTOS ESTEVES
Secretário de Fazenda

RAFAELA TEIXEIRA DA SILVA
Secretária de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

ROGÉRIO CAPUTO
Secretário de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

ELUÁ NOGUEIRA TORRES DE ANDRADE
Secretária de Meio Ambiente

BERNARD DE OLIVEIRA CASAMASSO
Secretário de Planejamento e Gestão

RAFAELLA TEIXEIRA RAMPINI
Secretária de Saúde

APARECIDA DE FÁTIMA MOREIRA ESTEVES
Secretária da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

JULIANA DA SILVA VIRGINIO
Secretária Agricultura, Abastecimento, Pesca, Indústria, Comércio e Expansão Econômica

MARCELO TAVARES ESTEVES
Secretário de Turismo, Esporte e Lazer

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

- Atos do Prefeito.....1/17Pgs
- Atos da Administração.....17/17Pgs

D.O

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

ANO X – Nº1597

Terça - Feira, 16 de Abril de 2019



ATOS DO PODER EXECUTIVO

Atos do Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 069 DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Altera a Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2013, extinguindo a Função de Confiança – FG2 do Setor de Fiscalização da Secretaria de Fazenda e a Função de Confiança da Divisão do Comitê do Plano Diretor – FG1 da Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, altera a Referência da função de Guarda Ambiental e as Atribuições do cargo de Chefe da Divisão de Conservação Ambiental – FG1 e institui a gratificação de produtividade fiscal no Município de São José do Vale do Rio Preto e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ficam extintas da estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de São José do Vale do Rio Preto, prevista na Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2013 as seguintes Funções de Confiança:

I – Da Secretaria de Fazenda, a Função de Confiança – FG2 do Setor de Fiscalização;

II – Da Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, a Função de Confiança – FG1 da Divisão do Comitê do Plano Diretor.

Art. 2º - O cargo de Guarda Ambiental, para fins de remuneração, passa para a Referência VII do Anexo IX da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2013, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 3º - As atribuições do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Conservação Ambiental - Função de Confiança – FG1, da Secretaria de Meio Ambiente e o cargo em comissão Setor de Vigilância Sanitária - Função de Confiança – FG2, da Secretaria de Saúde passam a ser aquelas descritas no Anexo II e III desta Lei.

Art. 4º - Fica instituída no Município de São José do Vale do Rio Preto a gratificação de produtividade fiscal, sendo atribuída aos

ocupantes de cargos efetivos de:

- I – Fiscal de Obras;
- II – Fiscal de Posturas e Transportes Urbanos;
- III – Fiscal de Saúde Pública;
- IV – Fiscal de Tributos;
- V – Guarda Ambiental.

§1º - A gratificação de produtividade fiscal será paga mensalmente aos fiscais, que no desempenho de suas atribuições específicas, contribuíram direta e efetivamente para elevação da Receita Municipal, bem como na fiscalização do cumprimento da legislação municipal.

§2º - A vantagem instituída no caput deste artigo, não será atribuída aos servidores licenciados do exercício do cargo, exceto em férias regulamentares e Licenças Prêmio e Maternidade, hipóteses em que a gratificação será igual a média aritmética do valor percebido pelo servidor nos doze meses imediatamente anteriores.

§3º - A gratificação de produtividade fiscal não será incorporada ao vencimento do servidor fiscal em hipótese alguma.

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei Complementar, ficam assim definidos:

I – Ficha/Termo de visita fiscal – documento, através do qual o agente fiscal emite, informando a situação em que se encontra o estabelecimento;

II – Relatório Fiscal – Resultado escrito de uma saída de campo do agente fiscal, onde o mesmo elenca os fatos ocorridos e ações realizadas, a fim de prestar as informações aos órgãos competentes;

III – Auto de Coleta de Amostra para Análise (água e alimento) – documento, através do qual o agente fiscal recolhe o material que necessita de análise laboratorial, a fim de verificar se o mesmo é próprio para consumo humano.

IV – Termo de Inspeção Sanitária - documento, através do qual a autoridade sanitária emite, após inspeção sanitária, informando que o local está apto a funcionar de acordo com as normas sanitárias;

V – Auto de Intimação / Notificação Preliminar – documento, através do qual o agente fiscal comunica à pessoa a necessidade de determinada medida ou cumprimento de exigência ou de alguma providência específica de interesse público;

VI – Auto de Infração / Notificação de Lançamento – documento, lavrado e assinado pelo agente fiscal contra pessoa que comete infração ou falta de recolhimento tributário, no qual descreve o ato ou fato constitutivo da transgressão e qualifica o infrator que, através dele, toma ciência da instauração de um processo administrativo, contra si, para apuração de sua responsabilidade;

VII – Auto de Embargo – documento, através do qual o agente fiscal, notifica para paralisação total ou parcial de obra em desconformidade com a legislação vigente, bem como impedir a continuidade do dano ambiental;

VIII – Auto de Averiguação Posterior a Notificação – documento, através do qual o agente fiscal volta ao local onde a notificação foi emitida e relata se as medidas impostas pela(s) irregularidade(s) foram tomadas e, se sim, em qual estágio estão.

IX – Medida Cautelar – Visando a prevenir, conservar ou defender o interesse da saúde pública ou da ocorrência ou iminência de ocorrer degradação ambiental de difícil reparação;

X – Termo de Apreensão – documento, através do qual o agente fiscal aplica quando da apreensão de bem, equipamento ou mercadoria, em face de o mesmo se encontrar em desconformidade com a legislação vigente;

XI – Auto de Interdição – documento, através do qual o agente fiscal emite quando da necessidade de interrupção de uma atividade e/ou equipamento, em virtude do risco eminente a saúde pública, bem como de evitar a continuidade de infração ambiental ou descumprimento da legislação;

XII – Auto/Termo de Vistoria em Veículo – documento, através do qual o agente fiscal transcreve a situação em que se encontra o veículo de transporte;

XIII – Auto de Demolição – documento, através do qual a autoridade competente emite após ordem administrativa fundamentada em parecer técnico;

XIV – Auto de Constatação – documento, através do qual o agente de fiscalização ambiental, após constatada uma infração à legislação ambiental, identifica o infrator, descreve a conduta e tipifica a ação/omissão, fundamentada na legislação ambiental, e sugere a aplicação da sanção administrativa;

XV – Pessoa – pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;

XVI – Produtividade Fiscal – vantagem pecuniária concedida ao servidor fiscal com base na avaliação do desempenho de suas atividades.

Art. 6º - O valor da produtividade fiscal iniciará com 80 (oitenta) pontos mensais com limite máximo de 250 (duzentos e cinquenta) pontos mensais, aumentando gradativamente 50 (cinquenta) pontos a cada 2 (dois) anos até que atinja o teto máximo de 500 (quinhentos) pontos mensais.

§1º - O valor de cada ponto para fins de produtividade deverá corresponder sempre a 10% (dez por cento) da UNIF-SJ (Unidade Fiscal do Município de São José do Vale do Rio Preto).

§2º - No caso da extinção da Unidade Fiscal de Referência Municipal, o valor do ponto deverá ser equivalente ao mesmo percentual em relação ao novo índice.

§3º - Os fiscais que ingressarem no serviço público após o início de vigência desta Lei, aplicar-se-á o teto mínimo de que trata este artigo, iniciando a contagem anual a partir da data de posse.

Art. 7º - A pontuação seguirá os critérios enumerados na tabela constante no Anexo IV da presente Lei Complementar.

Art. 8º - O servidor que se afastar em virtude de cursos de aprimoramento de interesse público, receberá a título de produtividade o equivalente a 25 (vinte e cinco) pontos por dia de curso, desde que devidamente liberado e assinado pela chefia imediata, sem prejuízo da fiscalização municipal.

Art. 9º - O Agente Fiscal que for designado a ocupar o cargo em Comissão não fará jus à produtividade fiscal consignada nesta Lei Complementar.

Art. 10 - Nos casos de serviços desenvolvidos em conjunto pelos Agentes Fiscais, os pontos serão atribuídos a cada um dos participantes da operação desenvolvida, de forma igualitária.

Art. 11 - O acompanhamento dos atos fiscais será efetuado através de relatório fiscal, sendo devidamente assinado pelo chefe imediato do Fiscal e pelo Secretário de cada área.

§ 1º - Fará parte integrante do relatório:

I – Capa própria;

II – Formulário de controle de produtividade;

III – Terceiras vias dos documentos fiscais comprobatórios da produtividade;

IV – Outros documentos que entender necessários.

§2º - O Secretário poderá solicitar outros documentos que entender necessários.

§3º - O relatório fiscal deverá ser entregue pelos fiscais ao chefe do departamento até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da produção, devendo a produção iniciar-se sempre no 1º dia e se encerra no último dia do mês.

§4º - O pagamento da produtividade fiscal far-se-á na folha de pagamento do mês subsequente ao da produção.

Art. 12 - As locomoções por parte dos fiscais, serão efetuadas em viatura fornecida pela Unidade Administrativa onde estiver lotado o Agente Fiscal ou pelo responsável da operação, quando esta se realizar de forma conjunta.

Art. 13 - Os Agentes Fiscais deverão observar e cumprir fielmente os prazos estabelecidos nas intimações e demais procedimentos fiscais, sob pena de ter os pontos de produtividade fiscal correspondentes descontados da produção mensal.

Art. 14 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 15 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 15 de abril de 2019.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do MunicípioClaudia de Castro Pacheco
Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

Anexo IX da LC 46/13

TABELA DE REFERÊNCIAS REMUNERATORIAS DOS CARGOS EFETIVOS

Referência	Cargo
I	Trabalhador Braçal – Lixeiro – Vigia – Zelador de Unidade Escolar
II	Contínuo – Servente – Telefonista – Jardineiro – Auxiliar de Manutenção – Merendeira – Cozinheiro – Cozinheiro de Hospital – Agente de Endemias – Agente Comunitário de Saúde
III	Motorista – Mecânico – Bombeiro Hidráulico – Pintor – Eletricista – Atendente de Saúde – Operador de Usina de Asfalto – Operador de Máquinas Leves
IV	Operador de Máquinas de Terraplanagem – Pedreiro – Encarregado de Obras – Inspetor de Disciplina – Auxiliar de Consultório Dentário
V	Professor “E” – Cadastrador – Auxiliar Administrativo – Auxiliar de Enfermagem – Auxiliar de Tesouraria – Técnico de Informática – Auxiliar Administrativo da Saúde, Auxiliar de Contabilidade
VI	Professor “D” – Secretário de Unidade Escolar
VII	Fiscal de Saúde Pública – Fiscal de Obras – Fiscal de Posturas e Transportes Urbanos – Fiscal de Tributos – Professor “C” – Agente de Trânsito – Guarda Ambiental
VIII	Técnico em Raios X – Professor “B” – Supervisor Educacional – Técnico em Prótese Dentário – Instrumentador Cirúrgico – Técnico de Enfermagem – Socorrista – Técnico em Raios X com Especialização em Mamografia e Urologia Excretora – Técnico em Imobilização
IX	Fonoaudiólogo – Nutricionista – Fisioterapeuta – Enfermeiro – Psicólogo – Professor “A” – Contabilista – Biólogo – Farmacêutico – Assistente Social
X	Médico Veterinário – Dentista
XI	Médico Ambulatório – Médico Otorrinolaringologista – Médico Ginecologista – Médico Pediatra – Médico Cardiologista – Médico Psiquiatra – Médico Ortopedista – Médico Neurologista – Médico Oftalmologista – Médico Obstetra – Engenheiro
XII	Dentista de Família – Enfermeira de Família
XIII	Médico Plantonista Pediatra – Médico Plantonista Clínico – Médico Anestesiologista
XIV	Advogado
XV	Médico de Família

ANEXO II

Além das atribuições comuns cometidas aos Chefes de Divisão, definidas no Art. 61 desta Lei Complementar, compete ao Chefe da Divisão de Conservação Ambiental:

- I. Convocar, após oitiva do Secretário, os órgãos de proteção, defesa e fiscalização ambiental, visando coibir formas de degradação ambiental e que ponham em risco a fauna e a flora;
- II. Coordenar a brigada de combate e prevenção de incêndios florestais, em convênio com o IBAMA (PrevFogo) e com a sociedade civil organizada, através da rede de voluntários ambientais, realizando palestras e cursos nas comunidades;
- III. Auxiliar na confecção de caldas alternativas, incentivar e introduzir o uso em produtores orgânicos e convencionais, objetivando a transição de produtores para um manejo mais integrado e sustentável, reduzindo custo econômico e ambiental;
- IV. Auxiliar na execução, treinamento e mobilização dos voluntários para a execução do licenciamento ambiental de queimadas controladas e roçadas para uso agrícola, com oitiva do titular da secretaria e de entidades governamentais envolvidas, conforme o caso;
- V. Auxiliar nos processos de licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras.
- VI. Auxiliar na produção e distribuição organizada de mudas de essências nativas e exóticas, mudas de ervas medicinais e de olericultura e fruticultura orgânica, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Econômico, EMATER local e com a Associação de Produtores Orgânicos do Vale do Rio Preto;
- VII. Coordenar o planejamento e implantação de corredores de vegetação, objetivando a união de fragmentos florestais, a recuperação de áreas degradadas, a regeneração de topos de morro e matas ciliares, orientando os proprietários sobre a legislação ambiental e o cumprimento da função social das propriedades rurais;
- VIII. Coordenar o planejamento e implantação de RPPNs (Reservas Particulares de Patrimônio Natural) e manter representação desta secretaria com as entidades envolvidas no processo – financiamentos de ONGs e empresas, nacionais e internacionais;
- IX. Coordenar o projeto de premiação “Selo Verde” às residências, propriedades e indústrias que participarem da defesa do meio ambiente, nas suas diferentes formas;
- X. Coordenar programa de controle e educação de problemas ambientais urbanos específicos como, odores, ruídos e outras formas de degradação do meio ambiente, sugerindo a adoção de medidas;
- XI. Coordenar, em conjunto com a Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia projeto de educação ambiental, campo escola Tom da Mata – Instituto Tom Jobim;
- XII. Desenvolver estudos para implementação de espaços de áreas verdes;
- XIII. Elaborar projetos de arborização urbana;
- XIV. Elaborar, em conjunto com outros órgãos governamentais e não governamentais, estudos visando à implantação do plano diretor das Áreas de Proteção Ambiental, tendo por objetivo a proteção de ecossistemas degradados ou ameaçados de degradação, bem assim propor medidas que auxiliem a recuperação das mesmas;
- XV. Estudar e propor alternativas de ações políticas junto aos órgãos estaduais ou federais, visando a criação e manutenção de programas de preservação ambiental;
- XVI. Implementar atividades relacionadas à política de meio ambiente do Município, bem como da União e do Estado que vise à regulação, controle, licenciamento, monitoramento e auditoria ambiental, tudo em conjunto com organismos governamentais e não-governamentais de meio ambiente, entes estatais e paraestatais, caso necessário;
- XVII. Prestar à União e aos Estados, no âmbito da competência municipal, apoio irrestrito à política de defesa do meio ambiente e adotando as medidas previstas na legislação ambiental, sob pena de responsabilidade;
- XVIII. Realizar palestras em escolas, associações e outras entidades, visando a conscientização das pessoas sobre a importância da preservação ambiental;
- XIX. Recomendar contatos com órgãos federais e estaduais de meio ambiente, bem como com organismos não-governamentais, visando a constante defesa e preservação dos recursos minerais, da flora e da fauna do Município;
- XX. Verificar, em indústrias e em estabelecimentos de transformação de matéria prima, do setor de produção formal e informal, a existência de dispositivos de proteção ao meio ambiente, para tratamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, tomando as providências legais cabíveis, caso ofereçam riscos ambientais;
- XXI. Exercer outras atividades correlatas.

ANEXO III

Além das atribuições comuns cometidas aos Chefes de Setor, definidas no Art. 62 desta Lei Complementar, compete ao Responsável pela Vigilância Sanitária:

- I. Articular-se com os demais órgãos da Administração Municipal e Estadual para o perfeito cumprimento das atividades de Vigilância Sanitária.
- II. Articular-se com os órgãos e entidades de saúde Estadual e Federal, visando o atendimento dos serviços de assistência médico-social e de defesa comunitária do Município;
- III. Comunicar à autoridade policial competente e/ou órgãos do Ministério Público a ocorrência de ato ou fato tipificado como crime ou contravenção penal;
- IV. Cumprir e fazer cumprir a legislação estadual e federal pertinente à matéria, bem como acordos e convênios eventualmente firmados com órgãos e entidades públicas e privadas;
- V. Desenvolver atividades de orientação das condições sanitárias e de resguardo da saúde pública e do trabalhador, nas seguintes áreas:
 - a) De alimentos, bebidas e água para consumo humano;
 - b) De saneamento, inclusive habitacional, tanto urbano quanto rural;
 - c) Produtos químicos e farmacêuticos;
 - d) De condições de trabalho em qualquer ramo de atividade;
- VI. Dirigir, orientar e supervisionar as atividades da Vigilância Sanitária;
- VII. Estabelecer programas que visem divulgar a necessidade de prevenção a saúde;
- VIII. Elaborar normas técnicas específicas de Vigilância Sanitária no âmbito municipal, atendidas as disposições legais;
- IX. Elaborar planos, emitir pareceres, executar diligências e demais ações da vigilância sanitária;
- X. Manter um sistema de informações que favoreça a participação do consumidor e do usuário nas ações de Vigilância Sanitária;
- XI. Subsidiar e viabilizar a atualização da legislação sanitária municipal, compatibilizando-a com a legislação estadual e federal em função das peculiaridades do Município;
- XII. Executar a assistência sanitária, o controle e erradicação das doenças transmissíveis, a inspeção sanitária, conveniada ou concorrentemente com outros órgãos;
- XIII. Executar as campanhas de vigilância no município;
- XIV. Participar, em integração com a Vigilância Epidemiológica e outros órgãos afins, da execução das ações de fármaco-vigilância, da vigilância de agravos inusitados, vigilância das enfermidades transmissíveis por alimentos, das intoxicações químicas e outras;
- XV. Manter registros de antecedentes relativos às infrações sanitárias;
- XVI. Auxiliar nas inspeções, vistorias e emissão de alvarás sanitários;
- XVII. Definir plataforma de trabalho permanente para assistir a zona rural do município quanto ao uso e manuseio de agrotóxicos.
- XVIII. Exercer outras atividades correlatas.

ANEXO IV

FICHA DE CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO

ATO FISCAL	PONTUAÇÃO
I. Ficha/Termo de Visita Fiscal	2 pontos
II. Cadastro de estabelecimento / Recadastramento	2 pontos
III. Relatório Fiscal	2 pontos
IV. Auto de Coleta de Amostra para Análise (água e alimentos)	3 pontos
V. Licença Ambiental, Autorização Ambiental e Certidão Ambiental	5 pontos
VI. Termo de Inspeção Sanitária	5 pontos
VII. Outras taxas por visto ou por vistoria em estabelecimento	5 pontos
VIII. Alvará por visto ou por vistoria em estabelecimento;	5 pontos
IX. Auto de Intimação / Notificação Preliminar	7 pontos
X. Auto de Infração / Notificação de Lançamento	7 pontos
XI. Auto de Embargo	7 pontos

XII. Diligências – (atendimento de Denúncias)	7 pontos
XIII. Auto de Averiguação Posterior a Notificação	7 pontos
XIV. Medida Cautelar	7 pontos
XV. Termo de Apreensão	10 pontos
XVI. Auto de Interdição	10 pontos
XVII. Auto / Termo de Vistoria em Veículos	10 pontos
XVIII. Auto de Demolição	10 pontos
XIX. Auto de Constatação	10 pontos
XX. Constatação de falta ou erro de pagamento de tributo	10 pontos
XXI. Constatação da falta e/ou erro de emissão de documento fiscal	10 pontos
XXII. Constatação de qualquer situação fiscal que implique na redução do valor de tributo a recolher	10 pontos
XXIII. Lançamento de contribuintes por fiscalização	10 pontos
XXIV. Conferência dos relatórios de pesagem – fichas e tabelas de controle – repassados por empresas de coleta e destinação de resíduos sólidos domiciliares no município	15 pontos
XXV. Atividades especiais designadas pelos Secretários que prejudiquem as demais funções	20 pontos
XXVI. Prestar informações requisitadas pelo órgão competente da Procuradoria Geral do Município, para subsidiar a defesa judicial do poder executivo Municipal, em assuntos afetos à área de atuação da fiscalização, por informação	25 pontos

LEI COMPLEMENTAR Nº 070 DE 15 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de vaga de provimento efetivo, e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criada no quadro de cargos e salários da Administração Pública Municipal 01 (uma) vaga para o cargo de provimento efetivo de Coveiro – Referência I, que passa a integrar o anexo VII na Lei Complementar Municipal nº 46 e cujo preenchimento observará as normas aplicáveis da Lei Complementar nº 101, de 2000, dentre outras estabelecidas pela legislação vigente,

Parágrafo único - As atribuições do cargo elencado neste artigo serão aquelas constantes na Lei Complementar Municipal nº 46, de 26 de agosto de 2013 e suas alterações.

Art. 2º - Os vencimentos básicos do cargo de provimento efetivo são os estabelecidos nos grupos ocupacionais, níveis e categorias, constantes na Lei Complementar Municipal nº 46, de 26 de agosto de 2013 e suas alterações.

Art. 3º - A jornada de trabalho daquele que vier a ser nomeado para a vaga de que trata o Art. 1º é aquela estabelecida na Lei que criou o referido cargo e alterações posteriores.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 15 de abril de 2019.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do Município

Claudia de Castro Pacheco
Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 2.151 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, até o limite que cita.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, por meio de Decreto, até o valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) ao orçamento vigente, na forma do anexo II.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o Art. 1º desta Lei, serão provenientes de superávit financeiro, apurado no exercício de 2018, na fonte 04(Recursos da Saúde), conforme demonstrado no Anexo I, em conformidade com o Art. 43, § 1º, Inciso I da Lei nº. 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 16 de abril de 2019.

GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do Município

Rafaella Teixeira Rampini
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

BALANCETE CONTÁBIL DE VERIFICAÇÃO EM 31/12/2018

Conta Vinculada: Fonte 04 – Recursos da Saúde

ATIVO	PASSIVO
Financeiro	Financeiro
Disponibilidades: R\$ 8.313.496,21	Obrigações: R\$ 2.278.835,96
	Superávit: R\$ 6.034.660,25
Total: R\$ 8.313.496,21	Total: R\$ 8.313.496,21

- OBS.: Deduzir o valor de R\$1.815.600,00, referente a Lei nº 2.146 e Decreto nº 2.944 do dia 01 de Abril de 2019.

ANEXO II

ANEXO A LEI Nº 2.151 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

PROGRAMA DE TRABALHO	CÓDIGO/FONTE	SUPLEMENTAÇÃO
Fundo Municipal de Saúde		
PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE		
3434.10.122.0020.1.121	4.4.90.52-44	340.000,00
TOTAL		340.000,00

LEI Nº 2.152 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial ao orçamento vigente, do Fundo Municipal de Saúde, até o limite que cita.

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, por meio de Decreto, até o valor de R\$ 299.961,00 (duzentos e noventa e nove mil e novecentos e sessenta e um reais) ao orçamento vigente, na forma do anexo.

Art. 2º - O recurso necessário à abertura do crédito adicional especial de que trata o Art. 1º desta Lei, será proveniente da aprovação da proposta do Ministério da Saúde nº: 12440.744000/1180-05 para estruturar a Unidade de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 16 de abril de 2019.

GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do Município

Rafaella Teixeira Rampini
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO A LEI Nº 2.152 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

PROGRAMA DE TRABALHO	CÓDIGO/FONTE	SUPLEMENTAÇÃO
Fundo Municipal de Saúde		
PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE		
3434.10.302.0020.1.122	4.4.90.52-44	299.961,00
TOTAL		299.961,00

DECRETO Nº 2.947 DE 15 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 2.801 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO 2.811/18.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a Lei nº 2090/2018 que altera o artigo 11 da Lei nº 182/1992, fixando a permissão para exploração dos serviços de taxi, na proporção de 1 (um) veículo para cada 800 (oitocentos) habitantes, conforme Processo Administrativo nº 2.292/2018, de iniciativa da Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes;

Considerando a precariedade e revogabilidade unilateral do Termo pelo Poder Concedente,

DECRETA

Art. 1º - O Anexo Único do Decreto nº 2.801 de 28 de dezembro de 2017, com redação dada pelo decreto 2811/18, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 15 de abril de 2019.

GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do Município

Rogério Caputo
Secretário Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

ANEXO ÚNICO

PONTO	LOGRADOURO	QUANTIDADE DE VAGAS	PERMISSIONÁRIOS
1 - Centro	Praça Hercílio José de Araújo	6	I. Pedro Paulo Teixeira de Oliveira II. João Viana de Oliveira III. Celso Magalhães do Alto IV. José Hilário da Silva V. Lúcio Teixeira do Alto VI. Manoel Gomes de Brito
2 - Centro	Praça João Werneck	2	I. Josemar Nogueira II. Ricardo de Souza Araújo

3 - Centro	Praça da Emancipação	8	I. Sidney Rampini Carin II. João Batista Raimundo III. Antonio Faria da Cruz IV. Jair Faraco Benevides V. Marcelo Antunes VI. Heitor Tardelli de Souza VII. Bernardo Abel Vianna Barros VIII. João Marcos B. Araújo Machado
4 - Novo Centro	Rua Prof. Maria Emilia Esteves (Hospital)	2	I. João Batista de Freitas II. Alcides Brochado
5 - Estação	Rua Aurino da Costa Carvalho (em frente a Ponte Preta)	4	I. José Luis Dias Gonçalves II. Milton Correa da Silva III. Joaquim Chaves Carneiro IV. Braz Gonçalves de Lima
6 - Brucussu	Rua Japhyr Amaral Assumpção (em frente ao bar do Zê Patrício)	1	I. Sidnei Rento da Silva
7 - Jaguará	Estrada Silveira da Motta, Km 17 – Posto Jaguarão;	1	I. Alexandre da Silveira Vizani
	Estrada Silveira da Motta, Km 17- em frente ao Mercado Porto e Filho	1	II. Ana Maria da Costa Muniz
8 - Contendas	Estrada Silveira da Motta, Km 20 – em frente Mercado Couto e ao lado do Posto Castelo	1	I. Marcelo José Machado da Silva
9 - E.M. Bianor Martins Esteves	Rua Alfredo Jacinto Franco (em frente à Escola)	1	I. Luiz Fernando Pereira da Luz

DECRETO Nº 2.948 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.693.354,51 (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, usando de suas atribuições legais em conformidade com a Lei nº 2.132 de 28 de dezembro de 2018 e nos termos do Processo nº. 000542/19,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.693.354,51 (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos), ao orçamento vigente, na forma do anexo.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional de que trata o Art. 1º, serão provenientes de anulação parcial/total das dotações orçamentárias da despesa, autorizada pela Lei nº 2.132 de 28/12/18, em conformidade com o Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 16 de abril de 2019.

GILBERTO MARTINS ESTEVES

Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do Município

Felipe Machado Cairo Baltazar
Chefe de Gabinete

Claudia Castro Pacheco
Secretária Municipal de Administração

Gilson dos Santos Esteves
Secretário Municipal de Fazenda

Rafaela Teixeira da Silva
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Rogério Caputo
Secretário Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transporte

Eluá Nogueira Torres de Andrade
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Bernard de Oliveira Casamasso
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Juliana da Silva Virginio
Secretária Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca, Indústria, Comércio e Expansão Econômica

Marcelo Tavares Esteves
Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer

Rômulo Alves Bulhões
Secretário Municipal de Defesa Civil e Ordem Pública

Vanderlei Pereira da Silva
Secretário Municipal de Controle Interno

ANEXO AO DECRETO Nº 2.948 DE 16 DE ABRIL DE 2019

PROGRAMA DE TRABALHO	CODIGO/FONTE	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
Gabinete do Prefeito			
2001.041270601.004	4.4.90.61-02	31.000,00	
2001.041220211.042	4.4.90.51-01		906.018,32
2001.041220211.042	4.4.90.51-02		1.787.336,19
Secretaria de Administração			
2002.041220202.006	3.3.90.30-02	60.000,00	
2002.041220202.006	4.4.90.52-02	30.000,00	
2002.999999999.999	9.9.99.99-01	130.018,32	
Secretaria de Fazenda			
2003.041220202.014	3.3.90.39-02	50.000,00	
Secretaria de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia			
2004.123610202.017	4.4.90.52-02	50.000,00	
2004.123611561.057	4.4.90.51-02	240.000,00	
2004.123611582.035	3.3.90.30-02	5.000,00	
2004.123651771.115	4.4.90.51-01	127.000,00	
2004.123651771.116	4.4.90.51-01	200.000,00	
Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca, Indústria, Comércio e Expansão Econômica			
2005.201220202.070	3.3.90.30-02	50.000,00	
2005.201220202.070	3.3.90.36-02	2.000,00	
2005.201220202.070	3.3.90.39-02	15.000,00	
2005.201220202.070	4.4.90.51-02	59.272,00	
2005.201220202.070	4.4.90.52-02	56.127,62	
2005.206082431.026	4.4.90.52-01	220.000,00	
2005.206082442.038	3.3.90.32-02	116.000,00	

ANEXO AO DECRETO Nº 2.948 DE 16 DE ABRIL DE 2019

PROGRAMA DE TRABALHO	CÓDIGO/FONTE	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes			
2007.041220202.043	4.4.90.52-02	148.061,00	
2007.154511951.014	4.4.90.51-02	51.548,70	
2007.154511951.016	4.4.90.51-02	58.000,00	
2007.154521951.046	4.4.90.51-02	49.500,00	
2007.185432321.015	4.4.90.51-02	106.000,00	
2007.257523061.010	4.4.90.51-02	17.000,00	
2007.267823101.012	4.4.90.51-02	15.830,07	
2007.267823101.044	4.4.90.52-01	229.000,00	
2007.267823111.011	4.4.90.51-02	21.000,00	
2007.267823111.068	4.4.90.51-02	70.000,00	
Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer			
2010.236952971.114	4.4.90.51-02	10.000,00	
2010.236952972.065	4.4.90.52-02	10.000,00	
2010.278133201.037	4.4.90.51-02	10.000,00	
2010.278133201.112	4.4.90.51-02	10.000,00	
2010.278133202.066	4.4.90.51-02	45.352,00	
2010.278133202.066	4.4.90.52-02	19.507,00	
2010.278133211.033	4.4.90.51-02	1.000,00	
Secretaria de Planejamento e Gestão			
2011.041270601.095	3.3.90.39-02	10.000,00	
2011.041270601.095	4.4.90.52-02	21.000,00	
Secretaria de Meio Ambiente			
2012.181220202.068	4.4.90.51-02	9.527,50	
2012.181220202.074	4.4.90.51-02	14.630,00	
2012.181220202.074	4.4.90.52-02	32.530,30	
2012.184521961.055	3.3.90.30-02	28.450,00	
2012.184521961.055	3.3.90.32-02	7.000,00	
2012.184521961.055	4.4.90.52-02	6.000,00	
2012.184521961.064	4.4.90.52-02	149.000,00	
2012.184521961.065	4.4.90.52-02	50.000,00	
Secretaria de Defesa Civil e Ordem Pública			
2015.041250511.047	3.3.90.39-02	52.000,00	
TOTAL		2.693.354,51	2.693.354,51

DECRETO Nº 2.949 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Abre Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 340.000,00 (Trezentos e Quarenta Mil Reais) ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, usando de suas atribuições legais em conformidade com a Lei nº 2.151 de 16 de Abril de 2019,

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, por meio de Decreto, até o valor de R\$ 340.000,00 (Trezentos e Quarenta Mil Reais) ao orçamento vigente, na forma do anexo II.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o Art. 1º desta Lei, serão provenientes de superávit financeiro, apurado no exercício de 2018, na fonte 04 (Recursos da Saúde), conforme demonstrado no Anexo I, em conformidade com o Art. 43, § 1º, Inciso I da Lei nº. 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 16 de abril de 2019.

GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do Município

Rafaella Teixeira Rampini
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

BALANCETE CONTÁBIL DE VERIFICAÇÃO EM 31/12/2018

Conta Vinculada: Fonte 04 – Recursos da Saúde

ATIVO	PASSIVO
Financeiro	Financeiro
Disponibilidades: R\$ 8.313.496,21	Obrigações: R\$ 2.278.835,96
	Superávit: R\$ 6.034.660,25
Total: R\$ 8.313.496,21	Total: R\$ 8.313.496,21

- OBS.: Deduzir o valor de R\$1.815.600,00, referente a Lei nº 2.146 e Decreto nº 2.944 do dia 01 de Abril de 2019.

ANEXO II

ANEXO AO DECRETO Nº 2.949 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

PROGRAMA DE TRABALHO	CÓDIGO/FONTE	SUPLEMENTAÇÃO
Fundo Municipal de Saúde		
PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE		
3434.10.122.0020.1.121	4.4.90.52-44	340.000,00
TOTAL		340.000,00

DECRETO Nº 2.950 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

Abre Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 299.961,00(Duzentos e Noventa e Nove Mil e Novecentos e Sessenta e Um Reais) ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, usando de suas atribuições legais em conformidade com a Lei nº 2.152 de 16 de Abril de 2019,

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Especial, por meio de Decreto, até o valor de R\$ 299.961,00 (Duzentos e Noventa e Nove Mil e Novecentos e Sessenta e Um Reais) ao orçamento vigente, na forma do anexo.

Art. 2º - O recurso necessário à abertura do crédito adicional especial de que trata o Art. 1º desta Lei, será proveniente da aprovação da proposta do Ministério da Saúde nº: 12440.744000/1180-05 para estruturar a Unidade de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, em 16 de abril de 2019.

GILBERTO MARTINS ESTEVES
Prefeito

Alexandre Quintella Gama
Procurador Geral do Município

Rafaella Teixeira Rampini
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 2.950 DE 16 DE ABRIL DE 2019.

PROGRAMA DE TRABALHO	CÓDIGO/FONTE	SUPLEMENTAÇÃO
Fundo Municipal de Saúde		
PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE		
3434.10.302.0020.1.122	4.4.90.52-44	299.961,00
TOTAL		299.961,00

Atos da Administração

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2779

INSTRUMENTO: Processo Administrativo nº 0464/2019; PARTES: O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO e o Sr. CÉLIO FERNANDO ANTUNES; OBJETO: prorrogar em 12 (doze) meses, iniciando-se em 01 de abril de 2019 e findando-se em 31 de março de 2020, o prazo previsto na CLÁUSULA QUARTA do referido contrato, bem como corrigir o valor do aluguel que passa a ser de R\$ 3.930,34 (três mil novecentos e trinta e quatro centavos) mensais, conforme o reajuste anual do INPC previsto no contrato ora mencionado. Permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato; DATA DE ASSINATURA: 29 de março de 2019.

São José do Vale do Rio Preto, Em 16 de abril de 2019

Pedro Henrique Maciel Pereira
Chefe de Divisão de Contratos

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2019

INSTRUMENTO: Processo administrativo nº 7596/2018 PARTES: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO e a ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DO SORRISO, OBJETO: Auxiliar financeiramente a CONVENIADA no tratamento, recuperação e reinserção social de pessoas entre 18 e 60 anos de idade, dependentes de substâncias psicoativas, que necessitam de residência terapêutica. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, iniciando-se em 05 de Abril de 2019 e findando-se em 04 de Abril de 2020, VALOR: A CONVENIENTE irá repassar o valor Global de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) a serem pagos em 12 (doze) parcelas mensais; DATA DE ASSINATURA: 05 de Abril de 2019.

São José do Vale do Rio Preto, Em 15 de Abril de 2019

Pedro Henrique Maciel Pereira
Chefe de Divisão de Contrato